

---

HERKERT, Thomas / REMENYI, Mathias (org.): *Zu den letzten Dingen: Neue Perspektiven der Eschatologie*. Darmstadt: WBG, 2009. 224 pp., 22,5 X 15 cm. ISBN 978-3-534-22150-9.

---

Os coordenadores do conjunto de artigos atuam no campo da teologia. HERKERT dirige a Academia Católica da Arquidiocese de Friburgo na Alemanha. REMENYI colabora no Instituto de Teologia Católica em Aachen, também na Alemanha. O título do livro anuncia já a preocupação escatológica com as Últimas Realidades em nova perspectiva. REMENYI provê a introdução. Cada tema foi abordado por um autor diferente.

Para uma leitura atualizada dos textos bíblicos apocalípticos da Escritura e Tradição, ROMAN A. SIEBENROCK apresenta teses sobre a hermenêutica das imagens e afirmações escatológicas numa época da apocalíptica secular. Ele segue a distinção rahneriana entre a escatologia como tal e o mundo das imagens apocalípticas. A escatologia levanta questões sobre as promessas do presente a caminho da sua realização no futuro de Deus. Ele confessa que o Apocalipse de S. João lhe é um “espinho na carne”, usando a expressão paulina. Enfrenta tal desafio e busca uma interpretação desses textos apocalípticos. Assume a opção básica de Rahner de uma escatologia cristologicamente orientada. Guarda reserva em face dos cenários apocalípticos. Interpreta-os a partir do cerne do evangelho do Reino de Deus. Essa compreensão cristológica produz uma desmitologização das fantasias apocalípticas próprias de certos momentos difíceis. O ponto de leitura da escatologia deve ser uma teologia da esperança, cristologicamente fundada. Recorre às regras fundamentais da atual exegese para interpretar os textos apocalípticos, sobretudo para entender as dramáticas imagens desse gênero literário. Não se trata de nenhuma reportagem antecipada do fim, mas de expressões de experiências humanas e de situações políticas de perseguição. E no horizonte amplo está a *regula fidei* como princípio hermenêutico, a saber, a próxima vinda do Reino de Deus na vida, morte e ressurreição de Jesus Cristo, como afirmação universal salvífica de Deus no Espírito Santo. Essa realidade afeta toda a criação.

Na reflexão seguinte, PETER STRASSER trata da morte, limite de nossa existência. Ela não só nos estimula à esperança, mas também levanta a mais pesada questão sobre a nossa finitude e condição de mortais. Na

expressão de E. Bloch nela vem à tona, desde fonte abissal, a mais “dura contra-utopia”. A teologia corre o risco de passar muito rápido da morte para a manhã da ressurreição. O autor, não sendo teólogo, mas um filósofo do direito, pergunta-se sobre que há de novo a respeito da morte. Para nossa morte não existe nenhuma apropriada imagem e a construção de uma identidade depois dela padece de precariedade. Não existe metáfora para a morte. Não se experimenta a morte. Ela não é um acontecimento da vida. O A. a descreve como ausência radical. O morto-ausente não existe em lugar nenhum deste mundo.

Mostra os impasses das posições que defendem a perda pessoal no abismo do ser, a negação do problema da morte – morte é morte – e os ingênuos mitos religiosos. A morte como fracasso pessoal e sua banalização implica necessária desumanização e uma dissolução do cerne humano da existência humana.

FRANZ GRUBER lança a tese de que só o amor pode crer na ressurreição. Estuda a ressurreição pessoal na perspectiva teológica. A ressurreição nunca foi um dado evidente e plausível. Teve opositores em todas as épocas desde o pagão Celso aos mestres da suspeita e aos biólogos atuais. Para alguns não passa de uma projeção subjetiva e ilusória do desejo. No entanto, confessa Habermas que a perda da esperança na ressurreição deixa um perceptível vazio. Buscam-se consolos em sugestões artificiais de vida ou se recorre à reencarnação ou à fé no Nirvana.

Não cabe nenhum salto irracional nem uma universalização racional da ressurreição. Abre-se o caminho de mostrar sua eficácia performativa, como horizonte de esperança. Não contradiz, antes realiza perspectiva da razão e da pessoa humana. O ponto central consiste em mostrar como a ressurreição é fé no amor que se visibiliza na ressurreição de Jesus.

Com efeito, na ressurreição de Jesus se encontra um fundamento de esperança. Deus mostrou no Jesus crucificado um amor que o chamou da morte à vida. Quem experimentou esse amor que vence a morte e a quem tal amor foi testemunhado, tem razão para esperar. A esperança na ressurreição se vincula com a fé do amor que nos está a dizer: tu deves existir. Isso implica promessa de superação do limite da morte. O poder natural do amor na aceitação incondicional do amado já transcende o limiar da morte. O A. faz belíssima fenomenologia do amor para dar o salto dele para a ressurreição. Ele conclui que a fé na ressurreição só é existencialmente crível, se fazemos experiências pessoais nas quais a incondicionabilidade da vida e da dignidade do outro aparece.

O acontecimento da ressurreição como esperança cristã não fica preso ao grupo do Crucificado, mas se expande como promessa de que não voltaremos ao nada. Não somos uma mônada fechada, mas vivemos em relação. Tal dimensão intersubjetiva tem valência escatológica. MARTIN

DÜRNBURGER com o termo purgatório se conecta com a esperança. Torna-se possível por ajuda de Deus sermos purificados em nós, na vida e com os outros irmãos. Assim o purgatório não se pensa como uma punição para depois da morte ou como lugar de purificação das cargas terrestres, mas como uma certeza da fé de que a misericórdia de Deus se mostra justiça e esta, por sua vez, misericórdia. O purgatório, como terceira grandeza, entre céu e inferno, oferece-nos certo direito de segurança em face de Deus. Proporciona-nos a possibilidade de confessar a própria culpa sem medo da condenação definitiva e assim relacionar-nos com o lado culpado de nossa vida sem desespero. O purgatório garante certa espécie de segurança de negociação e de direito em face das Últimas Coisas. Reflete nova consciência de que a condenação eterna por pecados veniais não se coaduna com a justiça de Deus.

JAN-HEINER RÜCK aborda o tema do juízo. Ele traumatizou a muitos através das obras de pintores, de uma pastoral do medo e de uma catequese moralista. Psicólogos estigmatizam as “neuroses eclesiogênicas”. Seguiram-se naturalmente reações de rejeição de tal visão atemorizante até o extremo da banalização da imagem de Deus.

O A. o encara na perspectiva de um processo de vir à verdade. Não se trata de um evento de nosso eixo histórico. Ele tematiza o término do tempo por obra de Cristo e nega o mito moderno de uma história que se prolongaria sem limite. O juízo do mundo consiste na dramática confrontação com Cristo, o crucificado ressuscitado, que é Juiz e Salvador do mundo. O julgamento de Jesus é um processo dinâmico, aberto de chegar à verdade: consigo, com os outros e diante de Deus. Verdade tem dois sentidos. Desvenda o que está escondido, reprimido, ensombrecido, trazendo-o à luz. Em outro sentido, a verdade nega o esquecido. No final estará a *memoria Dei*, que tudo guarda. Momento da veracidade da vida. A verdade que nos julga é a mesma que veio para salvar-nos. O juiz se opõe a nossa culpa para conduzir-nos ao arrependimento e à verdade.

Permanece aberta a questão se, no fim, todos se reconciliam com todos, as vítimas com os carrascos. É uma esperança contra toda esperança, sem violar a justiça em relação às vítimas. Permanece escatologicamente a diferença entre vítimas e algozes. A mensagem do juízo é libertadora. Está em função da conversão do pecador e não de sua condenação, já que o juiz não é nenhum outro a não ser Jesus Cristo, o Crucificado ressuscitado, que foi ao enalço dos perdidos até o extremo para salvá-los.

Continua a existir um dualismo escatológico ou acontece redenção total? O inferno se esvaziaria pela força do amor de Deus? Ou contamos com a seriedade da liberdade humana e da fé, que, em face do céu dos bem-aventurados, coloca em consideração um inferno de condenados? Há uma resposta, chamada terceiro caminho, que defende a apocatástase em sentido novo: Ensino da redenção total, não. Mas esperança, sim. J.

CHRISTINE JANOWSKI opta por ela com bons fundamentos e decididamente. Ela critica o dualismo escatológico tradicional. Ele seria uma perpetuação modificada da realidade do pecado, obscurecendo a imagem salvífica de Deus. Esse eterno existir do pecado, em última análise, seria atribuído a Deus. Ao estudar a condenação da apocatástase, conclui que ela se deve a implicações problemáticas do modelo de visão da época (preexistência da alma, redenção do demônio, possibilidade de uma segunda queda do pecado com a conseqüente nivelação da unicidade da história com o eterno retorno) e não à esperança da redenção total. A apocatástase que ela defende se orienta para o desaparecimento da realidade e possibilidade do pecado e evita as implicações problemáticas. Trata-se aqui de uma longa e sofisticada elaboração teórica.

A esperança para todo o cosmos com reflexões sobre a escatologia cósmica fecha o livro. MATHIAS REMENYI vê o evento pascal além da escatologia pessoal e histórica para atingir o cosmos. A ressurreição de Jesus abriga a promessa de salvação para toda a criação. Que se entende pela afirmação do apocalipse de João sobre um novo céu e uma nova terra? Como entender essas imagens apocalípticas no contexto cultural e científico de hoje, sem cair numa imagem de mundo pré-científica? Está em jogo teologicamente a relevância da ressurreição de Jesus Cristo como primícias da nova criação e a fidelidade de Deus ao mundo criado por ele. Excluir o mundo da ressurreição parece afetar o próprio conceito de Deus. O mundo criado tem certo grau de capacidade de resposta, não equivalente à liberdade humana. Está em questão o pressuposto criatural da também plenificação da criação material não pessoal. Uma ideia unitária da relação de corpo e alma permite pensar como modelo unitário escatológico o mundo orgânico e inorgânico. Fazem-se reflexões sobre a relação entre escatologia pessoal e cósmica, velha e nova criação.

Por trás dessa publicação, estão, em parte, as colocações feitas num Simpósio da Academia Católica da Arquidiocese de Friburgo em novembro de 2007.

Os temas escatológicos fascinam. O esforço dos autores converge para superar a leitura tradicional que reflete uma imagem pré-científica do mundo e foi usada como força atemorizante e moralizante. Há reflexões extremamente sofisticadas que supõem bom nível teológico de inteligência.

*João Batista Libanio SJ*

---

GRACIA, Diego: *Pensar a bioética: metas e desafios*. Tradução do original espanhol de 2004 por Carlos Alberto Bárbaro. São Paulo: Centro Universitário São Camilo / Loyola, 2010. 566 pp., 24 X 17 cm. ISBN 978-85-15-03743-8.

---

No ano em que se comemoram os 40 anos da bioética, chega ao Brasil uma obra de um autor de referência mundial. Sobre o autor: Diego Gracia Guillén é espanhol, formado em Filosofia, Medicina, Psicologia Clínica e Psiquiatria. Titular da cátedra de História da Medicina da Universidade Complutense de Madri, Diretor do Instituto de Bioética da Fundação de Ciências da Saúde, membro da Real Academia Nacional de Medicina, onde ocupa a cadeira 41 (reservada à bioética). É herdeiro de uma longa tradição de médicos humanistas, discípulo de Xavier Zubiri e Laín Entralgo, amigo de Ignacio Ellacuría. Dedicado a pensar o lado mais humano da medicina, encontrou na bioética uma ponte para superar o abismo entre o progresso tecnológico-científico e a reflexão ético-antropológica.

Desde a sua obra monumental *Fundamentos de bioética* (1989) e o manual *Procedimientos de decisión en ética clínica* (1991), Diego Gracia vem publicando, com regularidade, uma série de escritos, todos de alto nível, em que investiga as teorias éticas e os dilemas legais, os princípios filosóficos e a história dos conceitos morais, a antropologia médica e os fundamentos da ciência empírica moderna, o fenômeno da enfermidade e os cuidados paliativos, a metafísica do humano, a bioética e o mistério da morte.

Este livro tem como título em espanhol *Como arqueros al blanco* (a expressão é tomada da *Ética a Nicômaco*, de Aristóteles). Como arqueiros, temos que mirar o centro do alvo, ou melhor, aquilo que é a meta da bioética. Ou seja, a ética não é a busca do bom, mas do melhor! O melhor de si, o melhor do outro. Os seres humanos possuem um alvo, a busca do bom, *agathós*, em oposição ao mal, *kakós*. Mas o fim último da vida não é o *agathós*, mas o *aristón*, o ótimo, superlativo de bom. A plenitude da vida: *eudaimonía*.

*Pensar a bioética: metas e desafios* representa a continuidade desta linha de pensamento, mas com duas características próprias. Primeira: retoma alguns temas previamente tratados e os modifica e aprofunda de acordo com as investigações científicas, filosóficas e antropológicas mais recentes. Segunda: examina os novos desafios da medicina junto a questões inéditas de sua própria investigação, com o objetivo de configurar uma bioética que sirva de apoio a suas reflexões sobre os fundamentos da mesma.

Este livro recolhe, de forma sistemática, suas grandes linhas de investigação. Exposições breves e iluminadoras de problemas cruciais na teoria e na prática da medicina. A organização da obra facilita sua compreensão. A análise dos valores éticos, sejam eles individuais ou sociais, presentes nos fatos clínicos, são de um rigor acadêmico digno de nota. Como médico que

nunca deixou de ser, Gracia procura manter-se atualizado sobre os problemas concretos do cotidiano de médicos, enfermeiros, agentes sanitários e demais profissionais da área de saúde, que, em última análise, são os principais beneficiados de sua reflexão rigorosa, mas acessível.

Partindo de uma visão geral da evolução da medicina e de suas perspectivas para o século XXI, o autor passa em revista a fundamentação da bioética, os conceitos tradicionais e a profissão sanitária, questões de ética clínica (confidencialidade, enfermidades crônicas, drogas) e debates sobre o início e o fim da vida (sexualidade, células embrionárias, eutanásia, transplantes, cuidados paliativos).

O livro aborda três grandes áreas: medicina, teoria da bioética e deontologia sanitária, e está organizado da seguinte forma: vinte capítulos distribuídos em cinco partes: transições da medicina na passagem do século XIX ao XX; fundamentos da bioética; ética das profissões da saúde; bioética clínica; ética do início e do final da vida.

Em vez de apresentar em poucas palavras o desenvolvimento deste livro em particular, é mais importante oferecer ao leitor brasileiro uma chave de leitura para situar todo o pensamento deste autor, ou seja, o fio condutor de todos os seus escritos, a saber:

Diego Gracia fez da história da medicina a base de apoio de toda sua obra. Não se trata de mais uma sistematização teórico-histórica da bioética, como daria a entender. Mas todo seu trabalho está regido pelas palavras de Ortega y Gasset: “história como sistema”. Esta tarefa supõe um esforço hercúleo de uma reconstrução histórica que esteja unida a um pensamento teórico sistematizador (“a ética é assunto extremamente complexo que exige muito tempo e enormes esforços”). Ora, o ser humano é sobremaneira complexo.

No desenvolvimento da maioria de suas reflexões vai dando a conhecer as diferentes etapas pelas quais passaram cada problema, de modo que resulta compreensível as razões pelas quais se elegem, nas atuais circunstâncias, determinados procedimentos em lugar de outros. Não só Ortega y Gasset, mas também Heidegger e Gadamer dissiparam qualquer dúvida de que todo o propriamente humano é, por essência, histórico. Evidentemente, a compreensão da enfermidade e as concepções científicas que determinam as escolhas e as rejeições implícitas na relação médico-paciente, são, também, teórico-históricas.

Ou seja, esta obra põe o leitor diante de uma forma de fazer bioética. Uma bioética inspirada pela historicidade dos dilemas médicos. Antes de abordar as questões éticas da biomedicina atual, Gracia consulta os gregos clássicos, interpela criticamente os racionalistas europeus, e entabula um diálogo franco com o niilismo, o pragmatismo e o relativismo da cultura atual. Mas sem descartar a metafísica. O autor tem consciência de que a bioética se apoia em

pilares metafísicos que calam muito mais profundamente que a ciência clínica, ou a experiência profissional, ou ainda as reivindicações de “autonomia”, tão presentes no individualismo contemporâneo.

Diego Gracia se apoia essencialmente em Xavier Zubiri e sua *filosofia da realidade*. E, como Zubiri, dedica sua reflexão aos problemas fundamentais do ser humano. Explica como entende cada situação bioética concreta conforme cada postulado específico de Zubiri, mas recorre, quando necessário, a outros pensadores: Hume, Leibniz, Husserl, Hegel, Kant, Aristóteles, Platão, Scheler, Rorty, Habermas, para citar alguns.

O autor não pretende chegar a procedimentos estandardizados, aqueles encontrados em manuais de bioética, ou enumerar declarações de princípio frente às situações que desafiam os profissionais da saúde. Gracia leva em consideração as declarações e os códigos profissionais, mas não os aceita como normas imperativas e absolutas de validade universal, e que devem ser acatadas em qualquer situação, sob pena de ser submetido a constrangimento ou taxado de conservador e reacionário. Elas são apenas um dos muitos elementos a tomar em conta no complexo caminho dos procedimentos da bioética.

Não obstante, o que acontece se o leitor não conhece o pensamento de Xavier Zubiri? Este dado pode se tornar um problema. Além disso, a filosofia de Zubiri é tão discutível quanto as outras, e, portanto, também está sujeita à rejeição ou aceitação nos círculos filosóficos e éticos. Mas, sem dúvida, mais grave ainda é o fato de que seja quase desconhecida fora da Espanha. Cabe ao leitor apropriar-se das conclusões de Zubiri ou rejeitá-las. Por isso, Diego Gracia tem a preocupação de esclarecer, logo de saída, que suas propostas são apenas isso: hipóteses racionais que devem ser confrontadas com os fatos. Mas também esta é uma decisão que deve ser justificada com argumentos da razão.

Livro denso, exigente com o leitor, que não admite distrações. Escrito contando sempre com o interlocutor, mas em linguagem técnica sem concessões, rico em questionamentos muito oportunos, faz pensar sobre a condição moral da existência. Iluminador tanto para as ciências da saúde como para os teóricos da medicina. Estimulante a ponto de levar ao questionamento permanente das próprias convicções.

Ao se chegar ao final da obra, não há como não concluir que não existem verdades absolutas em bioética. É oportuno recordar aqui as palavras do Concílio Vaticano II: “Dos sacerdotes, esperem os leigos a luz e força espiritual. Mas não pensem que os seus pastores estão sempre de tal modo preparados que tenham uma solução pronta para qualquer questão, mesmo grave, que surja, ou que tal é a sua missão” (GS 43). Um alívio para a teologia moral e para os comitês de Bioética espalhados por todo o Brasil. E uma decepção para aqueles que se dizem “especialistas” em bioética,

ideólogos de certos ambientes eclesiais. É paternalismo autoritário pretender impor determinadas normas em nome da religião, em uma sociedade civil caracterizada pelo pluralismo religioso. Atitude inconcebível em Estados laicos das sociedades democráticas da era da biotecnologia, segundo Diego Gracia. Dialogar com seriedade científica e mentalidade aberta é o melhor caminho a seguir, como propõe este livro.

*Pensar a bioética: metas e desafios* é um excelente ponto de partida para pensar a tarefa da ética teológica nos dias atuais. Esta obra vem preencher uma lacuna no estudo da bioética no Brasil. Leitura obrigatória para todos os envolvidos nas acaloradas discussões sobre estatuto do embrião, células-tronco, eutanásia, homossexualidade etc. Parabéns aos editores de tão oportuna publicação. Novas traduções dos escritos deste autor e outras de mesmo nível em bioética serão bem-vindas. Os 40 anos representam a entrada na maturidade. Com a bioética não é diferente.

*Élio Estanislau Gasda SJ*

---

LIBANIO, João Batista: *Caminhos de existência*. São Paulo: Paulus, 2009. 188 pp., 21 X 13,5 cm. Col. Temas da atualidade. ISBN 978-85-349-3129-8.

---

A escolha de um livro tem ao menos duas motivações: o tema e o autor. A obra *Caminhos de existência* congrega a ambas. João Batista Libanio consagrou-se no elenco dos principais teólogos da libertação do Brasil e da América Latina. Jesuíta, professor emérito da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), escreveu 69 livros discorrendo sobre os mais diferentes assuntos. Recentemente publicou *Em busca da lucidez: o fiel da balança e Juventude, seu tempo é agora*. A linguagem das suas obras caracteriza-se pela profundidade, ousadia e simplicidade no modo de tratar o tema. A leitura torna-se agradável, permite a reflexão e favorece ao leitor alçar voos.

*Caminhos de existência* resulta do trabalho do grupo de pesquisa *Fé e Contemporaneidade* realizado na FAJE. Tal grupo integra o programa nacional de grupos de pesquisa do CNPq. O autor, diante da complexidade do momento atual, interroga quais diferentes caminhos se apresentam para a existência humana a fim de que o ser humano realize sua vocação e encontre a felicidade. Na introdução, Libanio anuncia a fé humana e teologal como estradas para percorrer tais “caminhos da existência”. Fé humana para ele significa “confiança no existir humano” e Fé teologal como “dom de Deus e acolhida do ser humano”.

O leitor encontrará oito *caminhos* existenciais. Todos iniciam com breve fenomenologia seguida de análise crítica. Esta propõe oferta, vantagens,



problemas, dificuldades e o futuro de tal caminho. Dinâmicas finalizam cada capítulo e estas incluem perguntas para reflexão pessoal ou grupal e breve bibliografia sugestiva para aprofundar o caminho existencial. Nas vias apresentadas, encontram-se itinerários distintos não como oferta de mercado, mas como sugestão para cada leitor “repensar a si mesmo” e avançar na história com maior lucidez.

O primeiro capítulo trata da religiosidade tradicional católica. Ela apresenta uma primeira via de sentido para a vida de fé. O imaginário religioso católico, transmitido há séculos pela Igreja, predomina neste caminho. Valorizam-se na família aspectos como a autoridade paterna e a religiosidade materna. A catequese e o ensinamento do magistério complementam a formação religiosa tradicional. A devoção aos santos e a Nossa Senhora cumpre papel relevante. Predomina a submissão a deliberações normativas de fora do sujeito sem questionamentos profundos. Apela-se para mitos sobre o futuro de salvação e condenação eterna a fim de manter a tranquilidade da consciência dos fiéis. O catolicismo tridentino reforçou ainda mais a religiosidade popular tradicional. O clero assume a função de orientar os fiéis com autoridade inquestionada. A análise crítica de Libanio indica como vantagem de tal caminho a segurança, a tranquilidade e a objetividade confundidos com comunhão. A religiosidade tradicional católica oferece a promessa de “um sentido último, final e global para a vida na terra e além dela”. Libanio vê como limite nesse caminho restrições à liberdade e à autonomia do sujeito. O futuro de tal caminho tende a desaparecer, embora resquícios surjam resistentes em novas estradas.

O segundo capítulo apresenta a via cristã da secularização existencial em busca de um humanismo. A existência precede a essência. Privilegia-se a consciência em relação às normas. A tradição cede lugar à decisão autônoma. Apresenta-se tal caminho na esteira da virada hermenêutica do sujeito em que se valorizam a razão científica, a subjetividade e a autonomia. Os cristãos optam por tal via certos de que realizam a fé cristã. Reconhecem a fé anônima naqueles que não creem. Não admitem o estereótipo de secularismo, embora, em sentido material, se aproximem dele. Em relação às instituições autoritárias, surgem crises. Libanio ainda afirma que, nesse caminho, “valorizam-se as realidades humanas, terrestres e a realização pessoal”. Revela-se a busca de autenticidade e veracidade. Supera-se a concepção teística de Deus. Privilegia-se a dimensão existencial do ser humano e opta-se pela vida de Jesus. Deus que se fez gente. A análise crítica aponta tal caminho válido para ateus e cristãos. Mostra o valor da imanência do humanismo sem perder a transcendência nele contido. O risco aparece quando, ao acentuar o existencial, cai-se no subjetivismo. Perde-se a dimensão da alteridade e pouco se valoriza o social. Com a ascensão da cultura pós-moderna, tal caminho tende ao crescimento e a maior adesão.

A via atea militante e sapiencial como realização humana constitui-se como tema do terceiro capítulo. A negação de Deus torna-se necessária para a

felicidade humana. Aparecem duas tendências: o ateísmo aguerrido e o sapiencial. No primeiro, combate-se a crença em Deus. A partir daí, constrói-se novo caminho. O ateísmo sapiencial não combate a Deus, pois não reconhece tal necessidade. Apenas apresenta a sabedoria humana que conduz naturalmente à supressão de qualquer crença na existência divina. Libanio recorre a alguns autores para falar de uma espiritualidade ateia. Apresenta como vantagens de tal caminho a responsabilidade intransferível dos atos humanos sem recorrer a qualquer transcendência e a libertação das culpas impostas pelas religiões através da moral negativa de um Deus punitivo. O autor lança como dificuldade da via ateia o terrível anúncio da morte. Ampliam-se perguntas sem respostas diante do sofrimento humano, das injustiças sociais e do crescimento da pobreza. O silêncio do presentismo de tal caminho não oferece possibilidades para tais problemas. O futuro desse caminho liga-se à cultura do consumismo. Haverá futuro para uma sociedade neoliberal pautada nesse paradigma?

O compromisso social cristão aparece como caminho de existência desenvolvido no quarto capítulo. Nutre-se da teologia da libertação. A fé cristã e eclesial manifesta-se na caminhada das CEBs e das pastorais populares. Caracteriza-se tal caminho pela desconstrução de práticas religiosas alienantes e explicita-se a opção pelos pobres em perspectiva da sua emancipação. Revela-se o caráter libertador da fé. Cristãos que optam por tal caminho articulam-se em movimentos sociais na luta contra o sistema capitalista e na construção de nova sociedade. “Propugna-se por uma terceira revolução da subjetividade para além da pós-modernidade em que o aspecto relacional seja o fundamental e não a pura interioridade das consciências e liberdades”. Como vantagem de tal caminho revela-se o “sentido altruísta que habita o coração humano”. A exemplo da vida de Jesus, os seguidores dessa via conduzem seus passos envolvidos de compaixão pelo sofrimento e pelo grito dos empobrecidos. Somam-se o compromisso ético e o engajamento sociopolítico. A desvantagem está no ambiente pós-moderno que afasta os cristãos desse compromisso. Proclama-se o fim da história e nega-se qualquer utopia. Eis a ditadura do presentismo. Libanio, ao ver o futuro de tal caminho, sublinha que não há nada que aponte o reavivamento dessa via manifestada com entusiasmo em décadas anteriores.

O quinto capítulo trata da via da religiosidade moderna e pós-moderna carismática, passando pela experiência do convertido até o neopaganismo. A tese central do capítulo baseia-se na teoria de Denis Lecompte. A efervescência religiosa atual corresponde a “um colorido pagão natural”. Libanio reconhece o valor da busca religiosa após a crise do socialismo, mas explicita em tal busca o reaparecimento do paganismo sob diversas formas. A oferta desse caminho aponta respostas imediatas ao momento atual da cultura pós-moderna. Autonomia do sujeito, expressão livre da religiosidade e negação da institucionalidade religiosa, revela o clima de tal via. Como desvantagem, a religiosidade moderna e pós-moderna

carismática caminha em lado oposto à via anterior. Busca-se consolo em práticas espiritualistas e esconde-se o caráter ético e solidário do evangelho. A trajetória espiritual prometida revela-se anticristã e neopagã. Como futuro, tal via encontra força na atualidade devido às características próximas da condição pós-moderna próprias do tempo presente.

Apresenta-se no sexto capítulo a via do “tudo vale”, até a perversidade da transcendência. Caminho da subjetividade ao extremo. Para satisfazer o gozo, o prazer imediato e a felicidade banal, tudo vale. Acentua-se o imperativo da realização dos sentidos. J. Guillebaud fala da tirania do prazer. O aspecto principal sintetiza-se “no equilíbrio da tensão entre a vida dos sentidos e o desejo ilimitado”. Desenvolve-se em tal via a perversão da transcendência. O desejo se satisfaz não apenas na imanência da sabedoria do amor, mas na vulgaridade de saciar a qualquer custo os próprios instintos. Revelam-se nesse caminho extremo o hedonismo, a radicalização do presentismo e a explosão da satisfação imediata do prazer. Numa análise crítica, Libanio explicita como tal via desmascara a cultura atual. Ajuda-nos a compreender melhor a cultura pós-moderna com seus desvios decadentes e doentios. O cinismo caracteriza a via do “tudo vale”. Na concepção darwiniana, o cinismo representa a negação da emersão da consciência. Leva o ser humano ao afastamento do seu profundo desejo de convivência com os outros. O egoísmo torna-se um inferno. O futuro promete o esgotamento de tal via, pois esta não suporta o cinismo globalizado. Prosseguir em tal caminho representa a morte da cultura e da humanidade.

Em escala crescente, surge novo caminho de existência. A via virtual aparece como tendência predominante. Substituem-se as relações pessoais, face a face, pelas relações virtuais a partir das novas tecnologias da comunicação. O abraço apertado, o beijo na face, a boa conversa olho a olho cedem espaço para os encantos da telefonia celular, da internet e das redes de relações virtuais. Acende-se novo tipo de liberdade. Depende unicamente da decisão pessoal. Enquanto há prazer, permanece-se conectado. Ao menor sinal de infelicidade, basta “deletar”. Na análise crítica de Libanio, constata-se que as novas tecnologias da informação revolucionaram a vida em vários aspectos. Transformaram a economia mundial, mostram-se promissoras no campo intelectual e profissional, revolucionaram os meios de produção, permitem superar os excessos da subjetividade e contribuem para democratizar os meios de comunicação. Surgem dificuldades nesse caminho. Explodem páginas virtuais com incentivo à pornografia, conseqüentemente ampliam-se as patologias sexuais; hackers invadem a intimidade dos navegadores, contas bancárias encontram riscos de privacidade. Libanio aponta um futuro tenebroso. Tudo se reduz ao virtual. Assombra-nos a irresponsabilidade diante da vida, da convivialidade e do compromisso social.

O último caminho proposto pelo autor trata da via do profissional, do executivo, do homem da instituição (clero; *yuppie*). A vida centra-se na

profissão. A família, o sucesso, o dinheiro, a glória e o poder dependem da realização profissional. A vocação para determinado trabalho torna-se secundária. Priorizam-se o estudo, a especialização e o reconhecimento social através do acúmulo dos títulos. Examinam-se com atenção o prestígio e a capacidade de liderança. Ocorre verdadeira jornada de sucesso e frustração. Tal caminho apresenta-se profícuo na sociedade atual diante da lógica da concorrência. Sobressaem-se na profissão os melhores. A qualificação e a especialização garantem sucesso e sensação de segurança. Por outro lado, “paga-se alto preço existencial pelo sucesso”. Aqueles que optam por esse caminho existencial tendem a alcançar resultados econômicos altos e a sentir o vazio das relações próximas e da convivência pessoal. O futuro de tal caminho acena-se duvidoso. Pode alcançar duplo destino, a “extrema profissionalização” ou a “reação humanizante”.

Livro bem fundamentado. Esbanja possibilidades para a reflexão. Consegue apresentar questões existenciais com propriedade, espírito crítico e aponta perspectivas. Excelente obra para leitura pessoal ou grupal. Recomendado para lideranças pastorais, orientadores espirituais e leitores interessados em livros de espiritualidade.

*Daniel Higinio Lopes de Menezes*

---

FERNÁNDEZ MARCOS, Natalio: *Septuaginta: la biblia griega de judíos y cristianos*. Salamanca: Sígueme, 2008. 157 pp., 19 X 12 cm. Col. Biblioteca de Estudios Bíblicos Minor, 12. ISBN 978-84-301-1689-8.

---

O A. é doutor em filologia clássica e licenciado em Filologia bíblica trilingue pela Universidade Complutense (Madri). É responsável pelo grupo de investigação de “Filologia e Crítica Textual Bíblicas” do Conselho Superior de Investigações Científicas (CSIC) de Madri. Dedicou-se ainda, como colaborador, à tradução da Septuaginta ao espanhol. Publicou, entre outras obras, *El Texto Antioqueno de la Biblia Griega I-III* (com J. R. Busto Saiz, Madri, 1989-1996), *Biblia y Humanismo* (com R. Fernández Tejero, Madri 1997), *Introducción a las versiones griegas de la Biblia* (Madri, 1998). É editor do livro dos Juízes no projeto internacional *Biblia Hebraica Quinta* (Stuttgart).

A obra está dividida em 10 capítulos, precedidos por um prólogo e uma bibliografia geral e sucedidos por um epílogo. A bibliografia geral é complementada com indicações bibliográficas específicas adicionadas ao final de cada capítulo.

O primeiro capítulo, muito breve, apresenta a origem do nome “Septuaginta” na Antiguidade e o seu uso hoje, bem como uma sinopse dos livros presentes na Bíblia Hebraica e na Septuaginta. O segundo capí-

tulo recolhe as várias “lendas” e referências históricas ao redor da origem desse primeiro esforço de tradução dos textos sagrados do judaísmo (começando pelo Pentateuco) para o grego, ou seja, o empenho em “dizer em grego as coisas judaicas” (p. 29).

O terceiro capítulo trata da cronologia e do processo longo e complexo da tradução dos vários livros que comporão o que depois será chamado de “Septuaginta”. O A. analisa as várias hipóteses sobre a razão que levou os judeus a traduzirem seus escritos para o grego. Há duas hipóteses ligadas ao uso litúrgico nas sinagogas. A primeira aproxima o fenômeno da Septuaginta ao do *targum*, ou seja, a tradução oral e *ad hoc* dos textos hebraicos para o aramaico na liturgia. A segunda, afirma que as leituras na liturgia já seriam feitas diretamente da tradução grega, sem que necessariamente se lesse o texto hebraico. Outra hipótese sugere que a Septuaginta surgiu da necessidade de os judeus apresentarem sua própria legislação ao rei Ptolomeu II a fim de que recebesse reconhecimento oficial. Uma quarta hipótese associa a tradução grega ao ambiente do estudo: a Septuaginta teria surgido como texto interlinear sobre o qual os estudantes aprendiam o hebraico. Quanto à data da conclusão da tradução, o A. propõe que o trabalho deve ter durado por volta de quatro séculos, podendo a tradução dos últimos livros (Cântico dos Cânticos, Eclesiastes) ser datada do séc. I ou até II d.C.!

No quarto capítulo, o A. apresenta como os textos traduzidos vão sendo recolhidos e revisados, de modo que, bem cedo, surgem, no judaísmo, novas versões da Septuaginta. Trata-se de versões revisadas, como a revisão *kaige* (assim chamada devido à preferência por essa palavra na tradução do hebraico *gam* [= também]), ou a revisão protolucianica (ou seja, anterior à versão de Luciano, cf. abaixo). A partir do séc. II, contudo, percebe-se certo descontentamento, no ambiente do judaísmo, com relação à Septuaginta, o que levou a novas traduções com pretensão de maior fidelidade ao texto hebraico. Surgem assim, no séc. II, a tradução “literal” de Áquila e a de Teodocião, e ainda a de Símaco (final do séc. II, início do séc. III). Existem ainda outras versões anônimas (as assim chamadas *Quinta*, *Sexta*, *Septima*), conhecidas apenas através de alguns fragmentos que chegaram até nós.

O cap. 5 apresenta o percurso da Septuaginta no ambiente da Igreja nascente. Na verdade, a Igreja é quem garantirá a transmissão da bíblia grega. A transmissão cristã da Septuaginta é marcada por três fenômenos importantes: 1) a substituição dos rolos (cada rolo correspondendo a um livro ou a uma parte do conjunto) por códices (os livros todos reunidos em um único volume); 2) a generalização do emprego do grego *kýrios* como tradução do tetragrama [*yhwh*], em reação a uma tendência arcaizante no judaísmo, que pleiteava o retorno ao uso das letras hebraicas antigas na transcrição do nome sagrado; 3) a introdução de abreviaturas para os *nomina sacra*. Quando São Jerônimo, no final do séc. IV, inicia seu trabalho de tradução da Bíblia, depara-se com três versões da bíblia grega (a *trifaria*

*varietas*): a de Orígenes (Palestina), a de Luciano (Antioquia e Constantinopla) e a de Hesíquio (Alexandria), sendo a de Orígenes a mais famosa dentre elas. Diante das dissonâncias entre os vários textos de que dispunha, Orígenes resolve fazer uma edição da Bíblia colocando, lado a lado, seis versões. Surge assim a *Hexapla*, na qual estão dispostos, em colunas, o texto hebraico, sua transliteração para o grego, em seguida, as versões de Áquila, de Símaco, da Septuaginta e a de Teodocião. Dessa obra, que deveria perfazer cerca de 50 volumes, chegaram até nós, infelizmente, apenas fragmentos, principalmente numa tradução ao siríaco. A recensão de Luciano (antioquena) é importante por ter sido a base para as traduções ao gótico (Wulfilas, séc. IV d.C.) e ao eslavo (Cirilo e Metódio, séc. IX d.C.).

As relações entre a Septuaginta e as descobertas do deserto de Judá são discutidas no capítulo sexto. De fato, a descoberta de fragmentos de textos bíblicos em grego nas grutas de Qumran demonstrou a existência de atividade de revisão do texto da Septuaginta já antes do final do séc. I a.C. Essas revisões aproximam o texto grego a um texto hebraico pré-massorético. Além disso, foram descobertos em Qumran os “originais” hebraicos (e aramaicos) de (partes de) livros dos quais, até então, só se dispunha de versões em grego. Encontraram-se também textos em grego cuja tradução permite perceber que o texto usado como base para a tradução claramente diverge do texto massorético (como é o caso, p. ex., de fragmentos de Samuel e Jeremias). No final desse capítulo, o A. apresenta a proposta de E. Ulrich, segundo o qual a base para a tradução de alguns textos bíblicos, nas traduções cristãs modernas, não deveria ser o texto hebraico tradicional, mas sim a Septuaginta, uma vez comprovado que nem sempre o texto massorético conservou a melhor forma do texto para cada livro. Segundo Ulrich, por que deveríamos preferir textos estabelecidos por escribas judeus nos séc. VIII-IX d.C. (texto massorético), se, no período do nascimento do cristianismo, os próprios judeus dispunham de diferentes versões, sendo que algumas inclusive com melhores alternativas de leitura?

O cap. 7 aborda a relação entre a Septuaginta e o Novo Testamento, confirmando que os autores neotestamentários, na sua leitura do Antigo Testamento, tinham como base a Septuaginta. A influência da Septuaginta nos escritos do Novo Testamento reflete-se em vários aspectos. Em primeiro lugar, na configuração da língua nele empregada, ou seja, uma forma da *koiné* calcada no modelo da Septuaginta. Além disso, a Septuaginta é a principal fonte de citações do Antigo Testamento, bem como de inspiração para a redação de muitas passagens do Novo Testamento.

No capítulo oitavo, o A. apresenta o fenômeno da adoção da Septuaginta como “bíblia” pela Igreja nascente, ao ponto de esta praticamente “esquecer” de que se trata de uma tradução. A Septuaginta é muito valorizada como uma providencial “preparação para o evangelho”, como uma “porta para Cristo” (S. João Crisóstomo), especialmente porque permitiu o conhecimento da Palavra de Deus àqueles que não faziam parte do povo de

Israel. O fato de que se dispusesse de uma versão das Escrituras em grego facilitou muito a expansão do Cristianismo. E mais: o fato de a Igreja considerar confiável uma tradução encorajou os cristãos, muito cedo, a também fazerem novas traduções para outras línguas (copta, armênio, georgiano, *ge'ez*, latim, gótico, eslavo, etc.), tomando assim um caminho muito diferente do judaísmo e islamismo, os quais continuam lendo seus textos sagrados, na liturgia, apenas nas línguas originais (na maioria das vezes, já incompreensíveis aos fiéis). Muito cedo também começa, no ambiente cristão, a preocupação com a interpretação do texto. Nesse sentido, elaboram-se introduções e comentários.

O capítulo nove trata do uso da bíblia grega pelos Padres da Igreja. Tendo adotado o Antigo Testamento na forma da Septuaginta, usavam-na, juntamente com o Novo Testamento, considerando-os um *corpus* único. Através de vários gêneros literários, os Padres expuseram sua exegese e interpretação dos textos da Escritura: sumários, antologias, homilias, comentários, perguntas e respostas, florilégios e *catenae*.

No décimo e último capítulo, o A. apresenta a história do texto da Septuaginta, começando pelos fragmentos de manuscritos encontrados nas covas 4 e 7 de Qumran. Comenta depois os códices Vaticano (meados do séc. IV), recuperado quase completo; o Sinaítico (também do séc. IV d.C.), no qual falta boa parte do Pentateuco e dos livros históricos; o Alexandrino (séc. V), quase completo; o Ambrosiano (séc. V), que contém de Gn 31 até Js 12; o Sarraviano (séc. V), com texto hexaplar; o Marcaliano (séc. VI); e o “Gênesis de Viena” (séc. V-VI). Em seguida, o A. apresenta as edições impressas da Septuaginta, sendo a *editio princeps* a Poliglota de Alcalá (1514-1517). Outras se seguiram. Em 1587, sob os auspícios do Papa Sixto V, foi publicada a edição chamada Sixtina, com base no códice Vaticano. O códice Alexandrino foi publicado entre 1707-1720, por Joannes Grabe, em Oxford. Ainda em Oxford, Holmes e Parsons editaram o texto da Sixtina acrescido de aparato crítico com as variantes de muitos manuscritos (1798-1827). Em 1935, Rahlfs publicou, em Göttingen, uma edição crítica da Septuaginta em dois volumes que se tornou *standard*. Além da publicação do texto grego, vêm sendo feitas também traduções da Septuaginta para as línguas modernas. Na Sorbonne, a Profa. M. Harl lançou o projeto da tradução para o francês (*La Bible d’Alexandrie*), cujo primeiro volume foi publicado em 1986, tendo chegado já a 14 volumes, todos com excelentes notas e comentários. Está também em andamento um projeto de nova tradução para o inglês. A tradução para o alemão acaba de ser publicada pela Deutsche Bibelgesellschaft. Em italiano já existe a tradução do livro dos Salmos e do Pentateuco. No caso da língua espanhola, havia já uma tradução feita por G. Jünemann no Chile (1928). Contudo, uma nova tradução está sendo preparada por um grupo de estudiosos do Conselho Superior de Investigações Científicas de Madri.

Ainda que o público brasileiro tenha recentemente recebido a tradução de uma excelente obra sobre a Septuaginta (HARL, Marguerite *et alii*, *A Bíblia*

*grega dos Setenta*, São Paulo: Loyola, 2007), uma tradução da obra de Fernández Marcos não seria supérflua. O livro de Fernández Marcos, além de ser de leitura agradável, tem a grande qualidade de apresentar muitas informações de forma concisa e organizada, mostrando-se um instrumento útil para qualquer estudioso da Escritura. A obra complementa ainda o livro de M. Harl, especialmente com os dados apresentados no capítulo 10. A riqueza das referências bibliográficas apresentadas pelo A. oferece também bons pontos de partida para que o leitor continue aprofundando os temas. O A. consegue, portanto, com rigor científico, desconstruir a imagem muito simplificada que, em geral, se tem da Septuaginta como uma tradução feita por um grupo de judeus em Alexandria no séc. II. Ao contrário, o livro nos conduz à percepção de que a Septuaginta é um verdadeiro e importante fenômeno, cuja história complexa e instigante muito nos pode ensinar.

*Claudio Paul SJ*

---

REYNIER, Chantal: *Paul de Tarse en Méditerranée: Recherches autour de la navigation dans l'Antiquité* (At 27,1 – 28,16). Paris: Cerf, 2006. 288 pp., 21 X 13,5 cm. Col. Lectio Divina, 206. ISBN 978-2-204-07930-3.

---

A Autora ensina teologia do Novo Testamento em Paris. Uma de suas áreas de pesquisa são os escritos paulinos. No presente trabalho a A. se dedica à quarta viagem de S. Paulo, a viagem em que parte prisioneiro dos romanos, de Cesareia Marítima até Roma.

Como uma viagem de S. Paulo, a de At 27,1 – 28,16, pode despertar tamanho interesse a ponto de lançar uma pesquisadora de elevado nível a um trabalho tão exigente como rigorosamente científico? Do ponto de vista teológico tem pouco a oferecer, assim como em relação ao que nos interessa prioritariamente, isto é, as informações sobre as fundações das comunidades paulinas e a teologia que as envolve. At 27,1 – 28,16 é praticamente um diário de viagem. Na verdade o que interessa aqui é de natureza histórica, mais que teológica. A pergunta que se coloca é: o autor deste relato teve a intenção de fornecer dados históricos confiáveis, verídicos? Ora, a opinião generalizada hoje em dia, quanto ao estudo da biografia de S. Paulo, é de que não se deve apelar para o livro dos Atos como fonte histórica primária e sim para os escritos considerados autênticos de S. Paulo, as sete epístolas “protopaulinas”: Rm, 1 e 2 Cor, Gl, Fl, 1Ts e Fm. A A. vai contra a corrente e se dedica ao estudo rigorosamente científico de At 27,1 – 28,16. E sua conclusão, como se verá, foi bem sucedida. Não se pode descartar, pura e simplesmente, os dados históricos que o livro dos Atos oferece à biografia de S. Paulo, mesmo que filtrá-los seja uma árdua tarefa.



Esta obra vem precisamente mostrar como é necessário distinguir entre diferentes níveis de veracidade dos fatos narrados no livro dos Atos. Antes de tudo é preciso separar diferentes passagens. Se os textos de At 1– 26 contêm desacordos em relação às epístolas “protopaulinas”, algumas explicações devem existir; mas não são explicadas por esta obra que tem outro objetivo. No caso do relato da quarta viagem de S. Paulo, do ponto de vista histórico é praticamente seguro tudo o que contém. A linguagem que At 27,1 – 28,16 emprega quanto à navegação, dados geográficos, e inúmeros detalhes de diversa natureza, é muito precisa e equivalente à linguagem de outros relatos contemporâneos. Uma obra pseudépígrafa jamais entraria em detalhes tão exatos. De fato At 27,1 – 28,16 é detalhista quanto aos tipos de navios, o embarque da mercadoria respeitando sua distribuição em relação ao equilíbrio do barco, as rotas marítimas, as escalas entre os diferentes portos, os modos com que os marinheiros resolviam os problemas relativos às tempestades e naufrágio, o comportamento das pessoas perante riscos de vida em alto-mar, as condições meteorológicas, os procedimentos de embarque e desembarque de pessoas e mercadoria, etc.

Para quem lê os Atos dos Apóstolos a partir das traduções atuais da Bíblia passa despercebido o problema que os exegetas enfrentaram quanto à escolha da atual versão deste livro. Dele existem duas versões gregas. A adotada nas Bíblias corresponde à versão chamada “Alexandrina”. Outra, chamada “Ocidental”, é evitada porque está incompleta e fragmentada nos manuscritos que a contêm. A A. se ocupou com a “Alexandrina”, que traduziu especialmente para esta obra, e a apresenta às pp. 29-33.

Esta viagem de S. Paulo a Roma foi feita em três navios. No primeiro foi de Cesareia Marítima a Myra, na Lycia (At 27,1-5). No segundo foi de Myra até Malta (At 27,6-44). No terceiro foi de Malta à atual Pozzuoli (At 28,1-13).

Entre uma Introdução (pp. 13-27) e uma Conclusão (pp. 171-192), são quatro os capítulos. O primeiro capítulo trata da linguagem sobre o mar e a navegação (pp. 35-51).

O segundo acompanha a viagem de S. Paulo no primeiro navio, conforme At 27,1-5 (pp. 53-74).

O terceiro é sobre a viagem no segundo navio, de Myra a Malta, de At 27,6 – 28,10 (pp. 75-153). Os passageiros com S. Paulo são 275, número que não é exagerado, uma vez que naquele tempo havia barcos bem maiores, como o mencionado por Flávio Josefo, que levava 600 pessoas (p. 81). Os prisioneiros vão sob a escolta de um centurião. O comandante do barco é de grau militar inferior e não tem autoridade sobre os passageiros. A carga do navio é variada, não apenas de trigo. O navio e a tripulação eram provenientes de Alexandria, o que os recomendava como competentes, apesar de não poderem resistir às tempestades que os levaram ao naufrágio. Não se pode determinar com exatidão o local do naufrágio, embora a tradição o localize em Malta, sem mais (pp. 129-142).

O capítulo quarto estuda a viagem feita no terceiro navio, de Malta a Pozzuoli, e posterior chegada a Roma a pé, conforme At 28,11-16 (pp. 155-170).

São quatro os anexos que se seguem. O primeiro anexo (pp. 195-215) é sobre a linguagem náutica especializada de At 27,1 – 28,16, variando entre os elementos naturais, a térrea, o mar, o fogo, os astros, as condi es meteorológicas dos ventos, da chuva etc.; sobre o espaço de navega o, isto é, o mar, os golfos, praias, ilhas, portos etc.; sobre os países: Cil cia, Lycia, Panf lia, Ásia, Maced nia, Itália; sobre cidades e muito mais.

O anexo II (pp. 217-221) apresenta o vocabulário relativo ao mar, meteorologia, náutica e geografia marítima.

O anexo III (pp. 223-232) traz o vocabulário grego sobre o mar como espaço geográfico, os fen menos meteorológicos, as profissões marítimas, os barcos, a arte da navega o etc.

O anexo IV (pp. 233-234) traz os termos marítimos gregos usados apenas uma vez em At 27,1 – 28,16.

O anexo V traz as diferenças entre a versão “Alexandrina” e a “Ocidental” de At 27,1 – 28,16.

Segue-se um léxico, em francês, com as medidas de navega o, sobre os barcos, as manobras marítimas e o mar em geral, nas pp. 237-240.

Há cinco mapas, nas pp. 278-283.

A Conclusão mostra como o relato de At 27,1 – 28,16 é historicamente fidedigno. O estudo de seu g nero literário conclui pelo g nero de relato de viagem em que se entrelaçam relatos de odisseia, tempestade e itinerários marítimos. Seu valor é, antes de tudo, histórico e técnico sobre a arte da navega o. Como tal lança nova luz quanto ao valor dos dados históricos oferecidos pelos Atos. O mais importante é a conclusão de que esta viagem não resultou de uma fic o literária, nem de um romance, mas foi um fato histórico verídico, e que S. Paulo, herói deste relato, não é um mito, mas personagem histórica verdadeira.

Uma pergunta que qualquer leitor deste livro apresentaria a sua Autora é a seguinte: afinal, o Lucas que escreveu Atos foi companheiro desta viagem de S. Paulo e possivelmente de outras? Infelizmente a Autora não responde a esta intrigante questão, porque se trata de um problema tão intrincado que nem os exegetas mais preparados estão em condi o de responder. Por outro lado, se Chantal Reynier quisesse responder a esta pergunta, teria que se dedicar outro tanto de tempo como o que dedicou a este livro, e produziria outra obra completamente aut noma e diferente.

*Valdir Marques SJ*